



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

- CCJ aprova ampliação das atividades perigosas;
- Moratória do gás de Xisto rejeitada na CME;
- Comissão especial do financiamento da atividade sindical apresenta projeto;

CCJ aprova ampliação das atividades perigosas

A Comissão de Justiça aprovou hoje o parecer do Senador Paulo Paim (PT/RS), favorável ao PLS 261/2010, que estende o conceito de atividade perigosa para qualquer atividade que ofereça condições de acentuado risco à integridade física do trabalhador.

A CNI entende que a extensão do adicional de periculosidade estabelecida faz com que empregados não necessariamente expostos a riscos façam jus a essa remuneração, o que estenderia a quase todas as atividades profissionais uma previsão absolutamente excepcional, pois em maior ou menor grau, há sempre um risco envolvido nas distintas funções laborais.

O tema deve ser objeto de negociação coletiva, que possibilita a adoção de medidas de redução do risco e a concessão do adicional apenas para o trabalhador que efetivamente se expõe a condições perigosas.

A matéria segue para apreciação das Comissões de Assuntos Econômicos - CAE e de Assuntos Sociais - CAS.

Moratória do gás de Xisto rejeitada na CME

A Comissão de Minas e Energia (CME) aprovou hoje por unanimidade o parecer do relator, deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG), pela rejeição do Projeto de Lei 6.904/13. A proposta prevê moratória de 5 anos para exploração do gás de Xisto.



A CNI é contrária ao projeto, que consta da Pauta Mínima da Indústria de 2016.

A realização das atividades exploratórias de recursos não convencionais representa oportunidade para que o Estado arrecade tributos associados aos investimentos e à produção. Além disso, induz a geração de empregos diretos e indiretos, reduz os custos de produção da indústria e gera impactos positivos sobre a balança comercial, com a redução das importações de gás natural e de matérias-primas industriais, que têm no gás uma fonte de custo importante.

Ademais, a moratória proposta levaria o Brasil na direção contrária da tendência mundial da formação da matriz energética. Teríamos uma retração ainda maior na indústria de base, pois competidores globais já usufruem o benefício do gás a preço competitivo.

O texto segue para a Comissão de Finanças.

Comissão especial do financiamento da atividade sindical apresenta projeto

Ano passado, a Câmara instalou uma Comissão Especial para elaborar projeto de lei sobre o financiamento da atividade sindical.

O deputado Bebeto (PSB/BA), relator da Comissão, apresentou hoje projeto que consolida conjunto de mudanças relacionadas ao financiamento da atividade sindical dos trabalhadores e dos empregadores. Em especial, destacam-se as seguintes inovações propostas:

- ✓ **instituição da contribuição negocial (ou assistencial);**
- ✓ **possibilidade de acompanhamento pelos órgãos de controle;**
- ✓ **reajuste da tabela de contribuição sindical dos empregadores;**
- ✓ **obrigação de prestação de contas à autoridade competente por todos os sindicatos, as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais e pelas centrais sindicais;**
- ✓ **criação do conselho nacional de autorregulação sindical.**

Apesar de disponibilizado o projeto e lido o parecer, a sessão foi cancelada pelo início da ordem do dia no Plenário da Câmara. Há perspectiva de nova reunião para releitura do relatório e votação no projeto na próxima semana.